

Estudos do Imperativo nos textos medievais das *Cantigas de Santa Maria*

GISELA SEQUINI FAVARO*

*Universidade Estadual Paulista
Araraquara
Brasil
giselasfavar@gmail.com*

Resumen: Este trabajo tiene como objetivos principales el mapeo y análisis de las formas verbales imperativas en el antiguo portugués (AP). Se considerarán como objeto de estudio las formas verbales imperativas y el contexto en que se conjugan en AP. La metodología para el desarrollo de este proyecto consiste en la recopilación y análisis de datos en las Cantigas de Santa María. La relevancia de esta investigación se fundamenta principalmente en el análisis de la estructura morfológica del imperativo, aún no estudiado en relación con la constitución verbal de la época medieval. Se recogieron 189 formas verbales imperativas de 2ª ps y 2ª pp. Se decidió excluir de nuestros análisis preliminares ocurrencias mapeadas en 3ª ps, 1ª pp y 3ª pp, ya que estas personas están extraídas del presente de subjuntivo, puesto que no favorece la observación de la utilización de una estructura morfológica específica y bien definida para expresar el modo imperativo (solo se puede observar desde la segunda persona). Cuando se realiza la división de formas conjugadas de los morfemas, se observa que los verbos en el *corpus* son casi idénticos a las formas del presente de indicativo, pero sin la -s final. Está la preservación de la construcción canónica postulada por las gramáticas históricas y tradicionales de la formación del modo imperativo. A través de este trabajo queremos demostrar si el imperativo de AP ya funcionaba como un modo independiente o no, contribuyendo así a entender la historia de la lengua portuguesa.

Palabras clave: formas verbales imperativas – antiguo portugués – Cantigas de Santa María – morfología verbal.

* Bolsista Capes de Doutorado.

Studies of the Imperative in the Medieval Text of *Cantigas de Santa Maria*

Abstract: This study aims to map and analyze the morphological structure in the process of verb inflection of imperative forms in Archaic Portuguese (AP) in the *Cantigas de Santa Maria* (CSM). The methodology consists in mapping the imperative verb forms in the CSM. We have also used glossaries and vocabularies as a support in categorization of verb forms. After data is collected, the morphological structure of the imperative verb forms found are analyzed in comparison with the morphological structure of the simple present and Subjunctive mapped in the corpus, in order to explain if criteria such as order, presence or absence of the subject and contexts related to speech acts (order or request), can be used to consider whether a form is imperative or not. One hundred eighty-nine imperative verb forms conjugated in the second-person plural and second-person singular were collected and at the end of the analysis of the data we verified the high productivity of the suppression of the thematic vowel at an early stage of the language. We can prove that the imperative form preserved its morphological structure in the AP, since the variation indices start to emerge only in mid-eighteenth century, when there are the first manifestations of the process which replaces *tu* by *você* in treatment relations. We have also discussed, from a diachronic perspective, by the factors of linguistic and social nature that interfered and continue to interfere in the process of change in pronoun forms of address in BP and how this phenomenon is associated with the probable loss of the morphology of the imperative form. Thus, this thesis aims to contribute to the history of the Portuguese language.

Keywords: Imperative Mood – Archaic Portuguese – *Cantigas de Santa Maria* – Verbal Morphology.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o sistema verbal no Português Arcaico (PA) dos séculos XII-XIII, especificamente no que se refere às formas do imperativo. Para a realização deste estudo, serão consideradas como objeto as formas verbais imperativas ocorrentes no recorte temporal focalizado.

A relevância do tema desta pesquisa reside em seu ineditismo. Apesar de existirem diversos estudos sobre o período arcaico (cf. Coutinho, 1958; Silva Neto, 1952; Said Ali, 1964, Mattos e Silva, 1989, 2001; Maia, 1997 [1986]), não encontramos trabalhos que envolvam as mudanças morfológicas do imperativo no que se refere à constituição verbal da época medieval, na medida em que o que temos são apenas alguns comentários breves sobre a conjugação das formas verbais naquele período. Assim,

estudando a formação das conjugações verbais da língua portuguesa em seu estágio “inicial” (ou melhor, no estágio temporal em que primeiramente começa a ser referida com este nome), poderemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal ao longo dos anos.

1. Algumas considerações sobre o modo imperativo

As Gramáticas Tradicionais do português postulam que o imperativo possui formas próprias somente para a segunda pessoa do singular e segunda pessoa do plural. As demais pessoas são extraídas do presente do subjuntivo. O imperativo negativo não apresenta uma formação própria, sendo integralmente suprido pelo presente do subjuntivo, e aparece anteposta às formas verbais uma partícula de negação, sendo na maioria das vezes a partícula *não*.

Vendo a formação a partir de uma perspectiva histórica, verificamos que o uso do imperativo já era motivo de discussão desde o latim, no que diz respeito à sua formação. Lendo a *Gramática Superior da Língua Latina* de Faria (1958), constatamos que o imperativo, no indo-europeu, era utilizado somente para exprimir uma ordem ou um pedido e não uma proibição. Segundo o autor, não havia o imperativo negativo na origem do latim.

Para suprir essa necessidade, Faria (1958, p.382) afirma que era empregada a partícula negativa *ne* (na grande maioria dos casos) anteposta ao imperativo afirmativo. Existia também uma construção em que se empregava o infinitivo presente seguido do imperativo do verbo *nolo*, ou, ainda, o perfeito do subjuntivo era precedido de uma negação, sendo esta última construção muito comum no período clássico.

Faria (1958, p.382) ainda ressalta que o presente do subjuntivo já era utilizado com a função de imperativo afirmativo na 3ª pessoa. De acordo com o autor, o subjuntivo presente pode ser empregado com valor de imperativo para dar ordem na terceira pessoa do imperativo positivo ou negativo, e na segunda pessoa somente no imperativo negativo (Faria, 1958, p.382).

Câmara Jr. (1976 [1970], p.136) também afirma que no latim o subjuntivo estava associado ao modo imperativo, sendo esse último utilizado para dar ordens e proibições. De acordo com autor, eram as formas do subjuntivo que supriam as pessoas que faltavam no imperativo: a 3ª pessoa (no tratamento do ouvinte nessa pessoa) e a 1ª pessoa do plural, quando o falante impõe a outras pessoas uma ordem ou tarefa.

Essa estrutura é válida, segundo Câmara Jr. (1976, [1970], p.136), para as ordens. Em relação às proibições, caracterizadas pela partícula negativa diante do verbo, em todas as pessoas, as formas subjuntivas são obrigatórias. O autor, porém, faz uma ressalva dizendo que no latim clássico era utilizada a forma do pretérito perfeito ao invés do

subjuntivo para o imperativo negativo. O latim vulgar adotou o emprego do presente (imperfeito), por exemplo: lat. cl. *ne feceris*, lat. vulg. *non facias*, port. *não faças*.

Outro aspecto interessante apontado por Câmara Jr. (1976 [1970]) é que desde o latim já existia uma fluidez em relação à concepção do uso do imperativo e do subjuntivo para expressar desejo. Segundo o autor, o uso deste era um modo delicado de dar uma ordem. Isso não ocorria somente no latim vulgar, mas também na linguagem culta coloquial. No Brasil é profunda a tendência a substituir o imperativo pelo indicativo presente, e o mesmo se observa nas proibições, em que também são assim substituídas as formas do subjuntivo (Câmara Jr., 1976 [1970], p. 136).

Sobre a conjugação das formas do imperativo, Faria (1958) diz que o presente era conjugado apenas na segunda pessoa do singular e na segunda pessoa do plural. A respeito desta última pessoa, Maurer Jr. (1959) afirma que a 2ª pessoa do plural era pouco utilizada, chegando até a desaparecer. De acordo com autor, uma inovação mais importante do plural é a tendência para empregar a forma correspondente do indicativo em lugar do imperativo. “Na língua vulgar é especialmente a 2ª pessoa do plural que assim se emprega, a ponto de perder-se o imperativo antigo em diversas línguas românicas” (Maurer JR., 1959, p. 142).

A respeito do modo imperativo, Câmara Jr. (1964) diz que é utilizado para exprimir ordem, tendo relação com o presente e com o futuro. O autor ainda ressalta que as formas imperativas são apenas referentes às segundas pessoas, porém considera também a existência da terceira pessoa, devido ao que ele chama de “tratamento indireto”, e a primeira pessoa do plural, pois o falante pode se inserir na ordem expressa.

O autor também explica que a correspondência das formas do imperativo com a do presente do indicativo relativas a *tu*, na perspectiva histórica, provêm do imperativo latino. A respeito dessa relação, Câmara Jr. (1964) declara ser aquele mais “agressivo” e este usado para expressar ordens de forma mais indireta.

Já Pontes (1972), ao fazer sua análise sobre o modo, afirma que em português temos apenas o modo indicativo e o modo subjuntivo, não fazendo qualquer tipo de comentário sobre o modo imperativo. Porém, ao final de sua obra, a autora afirma que não temos mais o imperativo, mas uma extensão do uso do presente do indicativo.

Vilela e Koch (2001) definem que o modo imperativo, objeto de estudo desta pesquisa, é considerado uma forma semi conjugada, pelo fato de a maior parte das pessoas serem extraídas do subjuntivo. Segundo os autores, o valor do imperativo está pautado a toda situação comunicativa, uma vez que só pelo contexto saberíamos se está sendo usado para expressar imposição, conselho, etc.

Scherre (2002) também afirma que, quando os enunciados são dirigidos a mais de uma pessoa, a preferência é sempre pelas formas subjuntivas e não imperativas. A

respeito da forma variante, a autora diz que o seu uso não acarreta nenhum tipo de problema para o falante, e a variação no uso do imperativo não distingue grupos sociais. Não existe estigma social associado ao uso do imperativo na forma indicativa ou na forma subjuntiva. As duas formas não são marcadas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do suposto mal falar (Scherre, 2002, p.6).

Portanto, como pode ser visto, os trabalhos que tratam da mudança sofrida pelas formas verbais imperativas apresentam análises envolvendo dados mais recentes da língua. Mesmo nas gramáticas históricas, só é possível notar descrições da estrutura morfológica das formas verbais imperativas e em quais contextos elas eram aplicadas. Em nenhum momento temos uma análise mais detalhada envolvendo dados do estágio inicial da língua, a fim de averiguar se a situação que encontramos hoje, em relação à dúvida quanto ao imperativo ser um modo independente ou não, já ocorria no PA.

2. As Cantigas Medievais de Santa Maria

Segundo Parkinson (1998, p.179), as Cantigas de Santa Maria (CSM) constituem um monumento literário, musical e artístico da mais elevada importância e sua escolha como objeto de estudo se dá devido à grande riqueza lexical que apresentam. Anglés (1943-1964) também afirma que o cancionero em louvor a Virgem é “*el repertorio musical más importante de Europa por lo que se refiere a la lírica medieval*”.

Ainda sobre a relevância das CSM, Pena (1992, p.49) afirma que “*as cantigas, acompanhadas das correspondentes notaciões musicais e tamén, nalgún dos códices dun amplo número de miniaturas, representan un legado dunha importancia extraordinaria desde os apartados literario, pictórico e musical*” (Pena, 1992, p. 49).

Sobre o espaço em que foram produzidas as CSM, Leão (2002, p.1) afirma que foi em um ambiente de efervescência cultural que nasceram os textos poéticos. De acordo com Parkinson (1998, p.179), a intenção dessa coletânea sempre foi a de louvar a Virgem e aumentar a devoção a ela. Por este motivo, todas as cantigas são na verdade de louvor e exaltam a Mãe de Deus.

Filgueira Valverde (1985, p.49) ressalta que diversos milagres marianos foram recolhidos de igrejas e santuários europeus, sobretudo franceses e ibéricos, e são de fonte confirmada e bem conhecida, mas muitos relatos ainda hoje são desconhecidos e provavelmente apenas orais. Ferreira (1994) também afirma que do ponto de vista musical, as cantigas religiosas são especialmente notáveis entre a documentação remanescente de música medieval.

Ainda em relação ao local onde ocorriam as manifestações artísticas e culturais, Pena (1992, p. 23) ressalta que a poesia estritamente unida à música, era no período da Idade Média um divertimento. O autor também declara que estamos diante de uma

literatura oral que “*atopa o seu obradorio, a súa «fábrica» nos pazos reais*” (Pena, 1992, p. 24).

Sobre a temática abordada nas CSM, Pena (1992, p. 52) estabelece uma classificação. De acordo com o autor, encontramos as seguintes situações representadas nas cantigas: a) tradicionais: relatam um milagre muito popular e de ampla cronologia; b) históricas: referem-se a situações e acontecimentos sociopolíticos mais precisos; c) fantásticas: fazem referências a situações imaginativas; d) íntimas: estabelecem uma relação muito pessoal entre o protagonista e a Virgem; e) familiares: relata um milagre uma situação especial que ocorre em um círculo próximo ao rei, à sua família e amigos.

Para Pena (1992, p. 52), há uma variedade de temas e situações. Segundo o autor “*sentimentos complexos, escenas chocantes para a nossa mentalidade, milagres discutíveis pola súa propia textura [...] todo en favor dunha concepción mariana na que a Virxe aparece formando parte da nosa cotidianeidade*”.

A escolha das CSM como composição do *corpus* deste trabalho baseou-se no fato destes textos fazerem parte da documentação escrita remanescente do período arcaico e por serem de natureza lírica, compondo os cancioneiros medievais portugueses. Mattos e Silva (2006, p.36) afirma que os cancioneiros profanos e marianos “*manifestam o galego-português literário da primeira fase português*” (Mattos e Silva, 2006, p. 37).

Para Mattos e Silva (2006), a documentação do PA é caracterizada pela variação e, não apenas pela variação gráfica, mas também pela variação na morfologia e na sintaxe. Segundo a autora, a variação gráfica pode trazer indícios de realizações fônicas conviventes e através da variação morfológica e sintática, podemos perceber possibilidades estruturais, que servem de indicadores para as mudanças que vierem a acontecer posteriormente no português.

3. Metodologia, apresentação e análise dos dados

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas verbais do imperativo nas Cantigas de Santa Maria. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários, e especialmente com o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Abaixo, como ilustração, apresentam-se exemplos dos procedimentos de mapeamento dos dados nesta pesquisa:

(1)

Log’ enton Santa Maria | a seu Fill’ o Salvador
Foi rogar que aquel frade | ouvesse por seu amor
Perdon. E diss’ el: “ farey-o | pois end’ avedes sabor
mas torn’ a alma no corpo, | e **compra** ssa profisson. (CSM 14, v.41-4)

(2)

A bõa dona se foi ben dali
a un' eigreja, per quant' aprendi,
de Santa Maria, e diss' assi:
“Sennor, **acorre** a tua coitada”. (CSM 17, v.55-58)

(3)

Chorando dos ollos mui de oraçon,
lle diss': “Ai Sennor, **oe** mi oraçon [...]”. (CSM 21, v.15-16)

Após a coleta dos dados, foram analisadas as estruturas morfológicas das formas verbais imperativas encontradas comparando-as com a estrutura morfológica das formas verbais do presente do indicativo e do subjuntivo presentes no *corpus*, a fim de explicar se critérios, tais como ordem, presença ou ausência do sujeito e contextos relacionados a atos de fala (ordem ou pedido), podem ser utilizados para considerar uma forma imperativa ou não. Também foram analisadas as ocorrências de processos morf fonológicos durante a flexão verbal do imperativo nas formas mapeadas.

Para assegurar a produtividade das formas imperativas, os dados foram analisados morfológicamente levando-se em consideração seu contexto de aplicação. Esta metodologia também serviu para verificar se há ou não o uso de formas verbais variantes, funcionando como uma espécie de filtro para a categorização dos dados mapeados no *corpus*.

Foram coletadas 217 formas verbais conjugadas no modo imperativo. Deste total, 171 ocorrências estão conjugadas nas 2ª pp e 2ª ps. Optamos por excluir de nossas análises as ocorrências mapeadas na 3ªps, 1ªpp e 3pp, pois estas pessoas são todas extraídas do presente do subjuntivo, o que já favorece o uso de uma estrutura morfológica específica e bem demarcada para expressar o modo imperativo.

Para averiguarmos se as formas verbais estavam conjugadas no modo imperativo ou se eram formas variantes, antes de analisarmos a presença ou a ausência do sujeito, realizamos a divisão dos dados em morfemas.

Devido a ocorrência significativa das formas verbais e por se tratar de verbos regulares que seguem um mesmo paradigma para a realização da flexão verbal, escolhemos o verbo *levar* para representar a 2ª pp e o verbo *acorrer* (*acordar em, resolver, decidir*) para a 2ª ps, mas o mesmo ocorre com outros verbos, tais como *leixar* (*deixar*), *nenbrar* (*lembrar*) e *gaannar* (*ganhar*), *dizer*, *cozer* (*cozinhar*), *salir* (*sair*), etc. Fazendo a representação morfológica das formas conjugadas desses verbos na primeira e na terceira pessoas, temos:

(4) Verbo *Levar* (PA) = (PB)

- Imperativo Gramatical: *levade*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

lev	a	ø	-de
-----	---	---	-----

-Presente do Indicativo: *levades*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

lev	a	ø	-des
-----	---	---	------

-Presente do Subjuntivo: *levedes*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

lev	a (e)	ø	-des
-----	-------	---	------

(5) Verbo *Acorrer* (PA) = *Acordar em, resolver, decidir*

- Imperativo Gramatical: *acorre*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

acorr	e	ø	ø
-------	---	---	---

-Presente do Indicativo: *acorres*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

acorr	e	ø	-s
-------	---	---	----

-Presente do Subjuntivo: *acorras*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

acorr	e (a)	ø	-s
-------	-------	---	----

Observando os exemplos acima, podemos notar que todos apresentam ausência de sujeito, que está marcada com o morfema zero (\emptyset). Ressaltamos que, de acordo com Kehdi (2003, p. 47), para que haja presença do morfema zero é necessário que três condições sejam satisfeitas: 1) é preciso que o morfema zero corresponda a um espaço vazio; 2) esse espaço vazio deve opor-se a um ou mais segmentos; 3) a noção expressa pelo morfema zero deve ser inerente à classe gramatical do vocábulo examinado.

Ao realizar a divisão dos dados em morfemas observamos que as formas verbais mapeadas no *corpus* são quase idênticas às formas do presente do indicativo, contudo sem o morfema *-s* final. Este tipo de fenômeno ocorre, pois, quando formamos o imperativo, a segunda pessoa tanto do singular quanto do plural coincide com as formas do presente do indicativo e isto já acontecia desde o latim, como propõem Ernout (1945) e Faria (1958).

Não foram mapeadas ocorrências em que tivéssemos uma forma morfológicamente idêntica para representar o imperativo, o presente do indicativo e o presente do subjuntivo ao mesmo tempo. Ao compararmos a ocorrência com seu correspondente no presente do indicativo e no presente do subjuntivo, vemos que cada forma mantém uma estrutura morfológica específica. Se tivéssemos formas variantes iríamos ter a mesma estrutura morfológica.

4. Considerações finais

Com este trabalho foi possível constatar que na época medieval, existiam duas formas diferentes para o presente e o imperativo, cada uma com sua estrutura morfológica bem demarcada. Porém, no dia de hoje, com a substituição de *tu* e *vós* por *você(s)*, há apenas uma forma, o que pode estar ocasionando a perda da distinção do imperativo e do indicativo e subjuntivo enquanto modo.

É muito habitual encontrarmos essa situação nas gramáticas escolares atuais, porém, de acordo com Cunha e Cintra (1985, p.282), esse modelo não é aplicado ao PB atual falado e escrito. Os autores consideram o pronome “*você*” como de tratamento de segunda pessoa do discurso, utilizada para as pessoas com quem se fala.

Faraco (1982, p.205), a respeito dessa mudança no paradigma verbal do PB, afirma que as formas *tu* e *vós* estão se tornando obsoletas e “*in the terms of Brazil [...] we can say that the normal paradigm of the verbal conjugation in the traditional grammars does not describe the present state of the language*”.

Portanto, como pode ser visto, os trabalhos que tratam da mudança sofrida pelas formas verbais imperativas apresentam análises envolvendo dados mais recentes da língua. Mesmo nas gramáticas históricas, só é possível notar descrições da estrutura morfológica das formas verbais imperativas e em quais contextos elas eram aplicadas.

Bibliografia

- ALI, S.M., 1964, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Brasília: UNB.
- BAGNO, M. 2011, *Gramática do português brasileiro*, São Paulo: Parábola.
- BLOOMFIELD, L. 1984 [1933], *Language*, Chicago: The University of Chicago Press.
- CÂMARA JR., J. M., 1976, *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Vozes, 1ª ed. 1970.
- , 1964, *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*, 4 ed. Rio de Janeiro: J. Ozon.
- CUNHA, C.F.; CINTRA, L.F.L., 1985, *Gramática da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Fename.
- COUTINHO, I.L. de, 1958, *Gramática Histórica*, 4 ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- ERNOUT, A., 1945, *Morphologie Historique du Latin*, Paris: C. Klincksieck.
- FARACO, C.A., 1982, *The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*, University of Salford, Tese de doutorado.
- FARIA, E., 1958, *Gramática superior da Língua Latina*, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- FERREIRA, M. P., 1994, *The Stemma of the Marian Cantigas: Philological and Musical Evidence*. Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria, Cincinnati, n.6, p. 58-98.
- FILGUEIRA VALVERDE, J., 1985, “Introducción”, en Alfonso X el Sabio, *Cantigas de Santa Maria*, Códice Rico de El Escorial, Madrid: Castalia. pp. XI-LXIII.
- KEHDI, V., 2003, *Morfemas do Português*, São Paulo: Ática.
- LEÃO, Â. V., 2002, *Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X*, Ensaios – Associação Internacional de Lusitanistas (AIL).
[<http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>] (acesso em 17.01.2005)
- MAIA, C., 1997, *História do Galego-Português*, 2ª edição, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta de Investigação Científica e Tecnológica. (Reimpressão da edição do INIC – 1986).
- MENON, O. P da S., 1984, *O imperativo no Português do Brasil*, 1984, Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade do Paraná, Curitiba.
- MATTOS E SILVA, R. V., 1989, *Estruturas Trecentistas - elementos para uma gramática do Português Arcaico*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- , 2001, *O Português Arcaico: fonologia*, São Paulo: Contexto.
- MAURER JUNIOR, T.H., 1959, *Gramática do latim vulgar*, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- METTMANN, W., “Glossário”, em AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*, Coimbra: Universidade, 1972, v. IV: Glossário.

- , 1986b, “Introducción”, em ALFONSO X, EL SABIO, *Cantigas de Santa María (cantigas 100)*, Madrid: Castalia, p. 7-42.
- MONTEIRO, J.L., 2002, *Morfologia Portuguesa*, Campinas: Pontes.
- PARKINSON, S., 1998, “As Cantigas de Santa Maria: estado das cuestións textuais”, em *Anuario de estudios literarios galegos*, Vigo, pp.179-205.
- PENA, X.R., 1992, *Literatura Galega Medieval*, Santiago de Compostela, Gotelo Blanco.
- PERINI, M.A., 1996, *Gramática do Português Brasileiro*, São Paulo, Parábola Editorial.
- PONTES, E., 1972, *Estrutura do verbo no português coloquial*, Petrópolis, Vozes.
- ROCHA, L. C. A. de, 1999, *Estruturas morfológicas do Português*, Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- ROSA, M.C., 2000, *Introdução à morfologia*, São Paulo, Contexto.
- SCHERRE, M.M.P., 2002, “Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro”, em Bagno, M. *Linguística da norma*, São Paulo, Loyola.
- SILVA NETO, S. da, 1952, *História da Língua Portuguesa*, 2ª edição. Rio de Janeiro, Livros de Portugal.
- STAVROU, C., 1973, *Portuguese pronouns and command forms*, Hispanic American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, p. 92-93.
- VILELA, M.; Koch, I. V., 2001, *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto*, Coimbra: Livraria Almedina.